

GRAMÁTICA NA ESCOLA: A VARIANTE SOCIAL DO PONTO DE VISTA DA INCLUSÃO

Cris da Paz, Colégio Parthenon Bom Clima, cpaz@parthenonplus.com

EIXO TEMÁTICO – Práticas Anos Finais Ensino Fundamental e Ensino Médio

RELATO DE PRÁTICA

A prática pedagógica aqui relatada centra-se em uma aula comum prevista para o primeiro trimestre da terceira série do Ensino Médio: Variação Linguística. Considerando-se que nesta etapa os alunos já possuem conhecimentos prévios sobre o funcionamento das variantes linguísticas, optou-se por revisá-las em uma aula de 50 minutos, expositiva, mas de caráter dialógico. Para a realização da intervenção, utilizou-se apoio da lousa na comparação entre os conceitos e exposição oral das duas situações-problema.

De modo geral, o conteúdo de Variação Linguística aborda como a língua pode ser utilizada em diferentes situações e contextos, considerando tanto a funcionalidade, quanto o grau de escolaridade e cultura dos falantes, o que engloba também a região em que eles estão inseridos (Barbosa, 2016). Dessa forma, seguindo somente o conteúdo do material didático, muitas vezes observam-se situações estereotipadas em que há estranhamento linguístico causado pela disparidade do uso da língua. O estereótipo se adequa bem à situação de ensino inicial (EF), considerando-se o universo do risível de Bergson (2018), pois acaba por fixar o conteúdo desejado, mas não é funcionalmente aplicável à análise de situações reais de comunicação, como as que aparecem nos vestibulares, por exemplo.

Tanto a Unicamp quanto a Fuvest apresentam situações de análise com base em acontecimentos reais. Isso pôde ser observado em uma das questões do próprio livro, na qual apresentou-se o caso de um médico que expôs uma paciente por falar de modo equivocado o nome de um exame e de uma doença, apontando para o que Bagno (2008) analisa como sendo um dos preconceitos linguísticos presentes na

sociedade que envolve diferentes oportunidades no acesso à escolarização e o choque entre realidades de classe distintas.

Observando-se esses contextos, é possível inferir que o trabalho com a realidade é de fato necessário e urge que os exemplos utilizados em aula sejam também um modo prático de ensinar como incluir pessoas não só nos parâmetros já previamente estudados socialmente, mas também no trato com as necessidades específicas de comunicação, principalmente advindas da população neurodivergente (Souza, Tavares, Mota, 2024).

Considerando o cenário acima descrito e a descrição metodológica prévia, a aula preparada teve como objetivo comparar a variante situacional (diafásica) e a variante social (diastrática), a primeira situação-problema centrou-se na necessidade de adaptação linguística para inclusão de um adolescente com síndrome de down. Partindo da narrativa, iniciou-se o processo de letramento.

Uma breve contextualização dos déficits linguísticos e dificuldades de aprendizagem e compreensão foram suficientes para que a sala pudesse chegar à conclusão de que não se tratava apenas de ser formal ou informal (variante situacional), mas que aquele grupo específico (variante social) necessitaria de adaptações possíveis para permitir uma comunicação efetiva, como por exemplo, frases mais curtas e objetivas, escolha de léxico menos complexo e ter paciência para que o processamento do comando ou da fala de modo geral pudesse ser compreendido e respondido sem pressão.

Um aspecto importante levantado pelos próprios alunos foi de que por ser um adolescente, a linguagem, apesar de simples, não deveria ser infantilizada, apontando para uma crença ainda muito presente socialmente de que uma deficiência intelectual está diretamente associada a um estado de infância permanente (Carvalho, 2023).

Para efeito de comparação, um novo cenário posto por meio de uma segunda situação-problema envolveu uma adolescente no espectro autista sem DI

(Deficiência Intelectual) e considerando algumas características linguísticas previamente descritas: comunicação efetiva mantida, facilidade de aprendizagem de conceitos, dificuldade na reciprocidade emocional e em conversas cujo contexto não estivesse bem delimitado.

Sobre a segunda narrativa, alguns alunos mantiveram o posicionamento de que a linguagem utilizada deveria ser a mesma que fora pensada para o adolescente com síndrome de down e muitos outros trouxeram possibilidades distintas como: adequar e facilitar a linguagem apenas em contextos não bem definidos ou cuja previsibilidade de resposta não pudesse ser delimitada, detalhar mais o contexto antes de iniciar a conversa ou mesmo perguntar para a pessoa se aquele tópico seria confortável ou não para manter um diálogo livre.

O ponto principal e final da intervenção em aula foi de que independentemente da adaptação, conhecer as necessidades do outro é fundamental antes de iniciar a conversa, pois não seria possível definir o grupo social e o tipo de linguagem apenas por um laudo, mas ficou explícito que a variante social inclui hoje grupos inexistentes em sua delimitação inicial e que não estão previstos ainda nos manuais e estudos mais antigos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto Barbosa (2016) afirmava há 10 anos que a variação linguística mobiliza estudiosos e professores no ensino da língua na escola em torno da norma culta, causando o desinteresse e o silêncio do aluno, prejudicando o desenvolvimento de suas competências discursivas, hoje essa questão já se tornou um muro entre gerações não só pela questão situacional da formalidade inalcançável, mas também pela incompreensão das diferentes formas de processar a língua e de compreendê-la em suas situações de comunicação específicas. Dar voz para que os próprios alunos tragam hipóteses de como se deve falar e compreender a si mesmos ou aos seus pares, considerando-se que muitos estão em terapia e são

conscientes dos déficits que possuem, é um ato de respeito à neurodiversidade, mas que precisa ter um espaço delimitado para não extrapolar o âmbito linguístico.

Assim, entende-se que a sequência didática aqui apresentada, propiciou uma reflexão importante sobre como a linguagem pode ser também um mecanismo de inclusão quando empregada em consonância com os limites de compreensão do outro, mas acima de tudo, o quanto é preciso pesquisar, conhecer e reconhecer como esse fator extrapola o material didático e exige uma percepção maior do professor em relação ao ambiente. Os alunos se mostraram mais interessados, participaram ativamente da discussão, expuseram dúvidas e indicaram procedimentos que eles utilizam em situações reais de comunicação, contribuindo assim para a construção de um conhecimento coletivo tão necessário não só à nova realidade escolar, mas também à sociedade em que se vive hoje.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz?** 50 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

BARBOSA, M. L. **A importância da variação linguística (dialetos e registros) no ensino da Língua Portuguesa.** CONAVE. 2016. Disponível em: <<https://www.fc.unesp.br/Home/conave/conavexxxx2015/a-importancia-da-variacao-linguistica-dialetos-e-registros-no-ensino-da-lingua-portuguesa.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2026.

BERGSON, H. **O Riso: Ensaio sobre o significado do cômico.** Tradução: Maria Adriana Camargo Cappello. 1a. ed. [s.l.] Edipro, 2018.

CARVALHO, A. C. **O adulto que posso e me permitem ser: o desafio do processo de transição para a vida adulta da pessoa com deficiência.** 2023. 153 f. Tese (Doutorado em Psicologia social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

SOUSA, J. R. X; TAVARES, T. P; MOTA, M. F. **Um Olhar Inclusivo sobre os Direitos e Garantias das Pessoas Neurodivergentes e Neuroatípicas.** Interfaces Científicas - Direito, Sergipe, v. 9, n. 3, p. 216-229, Jul. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-381X.2024v9n3p216-229>. Acesso em: 18 fev. 2026.